

As relações de Santa Luzia/MG com a geo-história do Brasil e da economia-mundo capitalista entre os séculos XVIII-XIX**The relations of Santa Luzia/MG with geo-history of Brazil and the capitalist world-economy between the 18th and 19th centuries**

Caio Franco Assunção

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

caio-fass@ufmg.br

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar a formação e o desenvolvimento urbano da cidade de Santa Luzia, Minas Gerais, e refletir sobre os benefícios heurísticos do relacionamento da história da cidade com as teses apresentadas pela tradição geo-histórica. Como princípio articulador dessa abordagem, busca-se refletir sobre quais as consequências regionais e urbanas que foram produtos dos movimentos globais e que tiveram impacto na constituição de uma cidade. Nesse sentido, espera-se que os processos e fatos aqui apresentados possam contribuir na ampliação perspectiva da compreensão da realidade urbana a partir da utilização do pensamento geo-histórico. A partir disso, observa-se a geo-história como uma ferramenta metodológica compatível com o entendimento dos diversos elementos de formações específicos da realidade brasileira em diversas temporalidades e espacialidades.

Palavras-Chave: pensamento geo-histórico, Santa Luzia, economia-mundo, Fernand Braudel.**Abstract**

The purpose of this paper is to analyze the formation and urban development of the city of Santa Luzia, Minas Gerais, and to reflect on the heuristic benefits of the relationship between the history of the city and the theses presented by the geo-historical tradition. As an articulating principle of this approach, we seek to reflect on the regional and urban consequences that were the products of global movements and that had an impact on the constitution of a city. In this sense, it is hoped that the processes and facts presented here can contribute expanding the perspectives for understanding urban reality through the use of geo-historical thinking. From this, geo-history is observed as a methodological tool compatible with the understanding of the various elements of specific formations of the Brazilian reality in different temporalities and spatialities.

Keywords: geo-historical thinking, Santa Luzia, world-economy, Fernand Braudel.

Introdução

Desde os novos rumos dados por Hegel aos estudos históricos, questionou-se sobre a possibilidade de desenhar uma História (*historie*) que contemplasse o globo como um todo e os movimentos históricos que abarcassem grande parte dos povos que conhecemos¹. Ainda há muitas dúvidas sobre esta possibilidade e os próprios conceitos de totalidade são questionáveis em certo sentido². Porém, é inegável que essa tradição que prima pela totalidade encontrou no método geo-histórico um campo fértil de desenvolvimento e trouxe-nos importante fortuna crítica para uma reinterpretação dos fatos históricos (*fatum*) sob uma ótica distinta. O tempo agora não é apenas dos grandes homens ou das grandes civilizações, mas também, da longa-duração dos espaços e das estruturas.³ Essa história global deve ser mediada em sua articulação com o local com as histórias regionais⁴ dos espaços futuramente nacionais, elo essencial de articulação entre a grande e a pequena escala (MORAES, 2009).

Neste artigo, abordaremos a geo-história do território luziense articulada com duas outras escalas principais, a regional (futuramente nacional) e a global. Nesse sentido, pode-se adotar essa perspectiva para se questionar se a geo-história da economia-mundo⁵ pode ser identificada com os elementos sociais e econômicos que constituem e desenvolvem uma cidade, mediada pela dinâmica regional. Uma primeira questão remete ao plano da teoria. Aumentando a escala espacial que envolve a análise urbana, seria possível esboçar a ligação entre tais movimentos globais, mediados pelas dinâmicas do espaço do Brasil, com um local que, até meados do século XIX, não possuía sequer o estatuto de vila? Resposta positiva a tal questão já foi sinalizada por Fernand Braudel, principal expoente intelectual do método geo-histórico. Diversas vezes, principalmente ao expor as principais regras e características tendenciais das economias-mundo e seus desdobramentos, ele busca

¹ Um dos pensadores a reconhecer as importantes mudanças decorridas da visão de história hegeliana, bem como propor questionamentos acerca de uma história global, foi Friedrich Nietzsche (2015).

² Recentes artigos tratam dessas discussões. Cf. Silva (2019) e Santos Junior (2017) que abordam as diferentes maneiras de se empreender uma história global e as recentes tentativas de transpor as visões de mundo eurocêntrica e ocidentalista que são comumente atribuídas como inerentes a este estilo historiográfico.

³ Para uma revisão da importância da Escola dos Annales, verificar os trabalhos de François Dosse e Peter Burke (1992). A geo-história de Braudel associa-se inquestionavelmente à Escola dos Annales, corrente historiográfica surgida na França a partir da sinergia dos trabalhos de Marc Bloch, Lucien Febvre e posteriormente sob influências de Fernand Braudel em meados de 1950.

⁴ O conceito de regional é tomado em sentido lato, ou seja, qualquer escala que estiver situado entre o global e o local.

⁵ O termo cunhado por Braudel corresponde à uma unidade territorial economicamente autônoma que se liga e expande sua rede de trocas sobre o globo. (BRAUDEL, 1996).

relacionar essa forma de fazer história com histórias urbanas locais (BRAUDEL, 1992, p.219-233).

Outras questões semelhantes remetem, para tanto, ao plano da reconstrução empírica, com base na associação entre certos questionamentos teoricamente orientados e a análise de fontes primárias. Quais os determinantes iniciais internos de Santa Luzia, ou seja, as influências do espaço físico para sua formação? É possível relacionar, por exemplo, como a mudança da economia-mundo de Amsterdam para Londres trouxe impactos na formação do território luziense? Caracterizada uma força motriz para a formação da cidade de Santa Luzia, como se desenvolveu e como ela se conectou com processos regionais e globais? Quais foram as mediações impostas pelas dinâmicas internas do espaço do Brasil? Qual a inserção de Santa Luzia nas malhas da economia regional e nas da economia-mundo dos séculos XVII a XIX?⁶ Para responder a essas perguntas, procurou-se estabelecer e relacionar a posição de Santa Luzia com os ciclos econômicos geo-história brasileira, como plano principal de análise, e com os da geo-história da economia-mundo, como pano de fundo.

Sob o capitalismo mercantil, o período aurífero e sua decadência fazem parte do primeiro ciclo, época que corresponde com a formação de Santa Luzia e a emergência da hegemonia inglesa; o interciclo é o momento de intensificação da atividade comercial decorrida da larga expansão do período do ouro, principalmente quando leva-se em consideração a ampla gama de produtos agrícolas produzidos em todo o interior da província mineira – tese esta em que diverge-se da primazia do pensamento de ciclos econômicos e que será alvo de debate ulterior neste artigo; o período cafeeiro marca Santa Luzia como um palco singular de importantes mudanças decorridas do novo ciclo econômico no Brasil, tendo como pano de fundo o estabelecimento da economia inglesa.⁷ Desse modo, o olhar geo-histórico deve abranger, como definido por Braudel (1992, p.14) “uma história lenta no seu transcorrer e transformar-se, feita com frequência de retornos insistentes e ciclos incessantemente recomeçados”. De tal modo, visando a responder as perguntas aqui postas e, adequando-se as demandas necessárias ao olhar geo-histórico, estruturou-se este artigo em um plano que trará, por analogia, as especificidades de respectivas escalas e tempos.

⁶ Quadro trabalha-se com períodos muito longas, busca-se uma tipologia dos tempos, não uma cronologia dos fatos (BRAUDEL, 1996).

⁷ Essa visão da história brasileira em ciclos foi definida por Caio Prado Jr (1992) que conviveu com Fernand Braudel nos primeiros anos de formação da Universidade de São Paulo. Para mais informações sobre a relação de Caio Prado Jr. e Fernand Braudel, cf. Iumatti (2007) e Martinez (2002).

Em vista disso, partir-se-á da fundação do arraial luziense e, em sequência, das influências sofridas na dita ocasião, primeiro tratando do espaço em que se explorará os aspectos geográficos que determinaram o evento e, expandido tal plano, tratar-se-á brevemente do período aurífero a níveis regionais/nacionais e globais e, como estes também foram capazes de ditar a formação da cidade. Em seguida, aproveita-se das consequências globais da exploração do ouro mineiro, como aquelas advindas Acordo de Methuen, para tratar dos conflitos ocorridos no xadrez europeu. Nesse sentido é indubitável a atuação de medidas nesta esfera, como o bloqueio continental na rearticulação do território brasileiro, destacando-se a vinda da família real. Com isso, volta-se a observação novamente para o espaço brasileiro e procurar-se-á, pois, mostrar as relações estabelecidas entre as províncias mineiras e carioca (a última sendo o novo centro estritamente conectado aos eventos globais) atrelado às contingências específicas da historiografia mineira. Por fim, pretende-se utilizar este cenário para compreender as características que marcaram Santa Luzia no século XIX e, por conseguinte, os territórios mineiros e brasileiros.

Formação da cidade e Exploração Aurífera

Sob a égide do capitalismo mercantil, a metrópole colonial portuguesa não procurava estabelecer no Brasil uma colônia de povoamento, mas uma colônia de exploração que se voltava à exploração das riquezas, principalmente minerais (MOARES, 2009). Após o período auge açucareiro no Nordeste, o Brasil começa a “recentrar” seu polo dinâmico em direção ao sul do território, a partir principalmente da descoberta das minas pelos bandeirantes (MORAES, 2009). Assim, na escala interna ao território da Colônia, sabe-se que muitas das vilas mineiras formadas no final do século XVII tem por estímulo o nascimento do bandeirismo paulista. Nesse sentido, os bandeirantes buscavam locais para fixação, caminhos e vias que pudessem facilitar suas viagens em meio a um ambiente inóspito. No caso das Minas, o bandeirismo ocupou muito precocemente o Rio das Velhas como rota, bem como a área próxima à Santa Luzia foi também alvo destas expedições, que correspondem, por conseguinte, também à vila de Sabará:

Essa comarca [Sabará] está situada quase toda em sertão bastante fértil de caças e pescas: por cuja causa foi muito povoada de gentio, no princípio do seu descobrimento, que foi em 1699, tendo sido atravessado o dilatadíssimo sertão do Sabarabuçu muito antes de qualquer outro das Minas, porque os primeiros conquistadores procuravam o Rio das Velhas, cujas dilatadas campinas eram mais abundantes do que outros quaisquer lugares já penetrados. (ROCHA et al., 1995, p.106)

A Vila de Sabará correspondia à aglutinação de diversas outras freguesias (incluindo a de Santa Luzia) e tornou-se uma das principais cidades mineiras no século XVIII⁸ devido principalmente às suas qualidades naturais, da exploração do ouro e, posteriormente, por abrigar a Intendência e Casa de Fundição⁹, que respondiam à regulação da ordem colonial pela metrópole de toda comarca (na época, uma das maiores de Minas). No interior dessa região da colônia portuguesa, o rio das Velhas apresentava um grande potencial de interiorização e, por conta disso, as expedições bandeirantes continuaram a subi-lo. Diversas fontes apontam para uma das expedições do bandeirante Manoel de Borba Gato que, em cerca de 1692, fundou o arraial de Santa Luzia.¹⁰ Apesar de não poder precisar-se essa data, há hipóteses que podem indicar o momento (e também motivo) do surgimento da cidade.

De fato, um dos principais responsáveis para o surgimento de Santa Luzia é o rio das Velhas. As viagens dos bandeirantes Borba Gato e Fernão Dias ao longo do rio foram responsáveis não só pela origem de Sabará e Santa Luzia, mas também de outros arraiais, como os de Fidalgo e Sumidouro (GOULART, 2009). Além de sua posição, Santa Luzia destacou-se inicialmente por conta de um meio físico favorável. O seu distanciamento em relação à Cordilheira do Espinhaço fez com que a várzea do rio naquela região se tornasse maior, como apontado por Goulart (2009) e, com isso, mais propícia ao estabelecimento humano. Além disso, a cidade situa-se próxima a um ponto de descontinuidade das altas altitudes do Espinhaço, o que facilitava a aproximação com outras cidades que compunham a Estrada Real.

⁸ A periodização entre os séculos XVIII e XIX abarca eventos importantes nas diferentes escalas aqui analisadas: desde a formação e estabelecimento de Santa Luzia, dois ciclos exportadores e o interciclo entre eles, além do arremate inglês como economia-mundo à época.

⁹ A Intendência era responsável pelas questões judiciais e tributárias e, a Casa de Fundição, era o local onde realizava-se a fundição do ouro e extraia-se o quinto da Coroa. Isso quer dizer que todas as questões de ordem jurídica, tributária, além de todo o ouro, deveriam passar por Sabará (Rocha et al, 1995).

¹⁰ Diniz (2008) e diversas fontes orais apontam para a fixação de remanescentes das expedições de Borba Gato no ano de 1692, Goulart (2009), no entanto, aponta para o ano de 1694, sob o mesmo contexto.

Dessa forma, percebe-se uma rápida inserção de Santa Luzia nas importantes rotas comerciais formadas pela Estrada Real, bem como em outras rotas que almejavam adentrar o território mineiro. Os viajantes viam o rio das Velhas, e, conseqüentemente, sua foz, o rio São Francisco, como o principal caminho para a entrada no âmago do país. Há relatos que mostram justamente a relevância da determinação geográfica para a formação da cidade e sua inserção prematura nas rotas comerciais mais amplas da colônia (Goulart, 2009). Um deles é o do cronista mineiro José Vieira Couto, que fazia uma viagem entre Diamantina e Ouro Preto, em 1801:

A grossura desta serra [Espinhaço] continua até quasi o arraial de Santa Luzia, tres leguas adiante [de Sabará]; e por todo este espaço corre o rio afunilado; ao depois começa a espraiair-se pelas planícies das terras chãs que ficam ao poente da Grande Serra (...) Poderá ter esta villa até quatro mil habitantes; é formoseada de alguns edificios menos maos, bem assentada em uma baixa, que fica entre as duas serras, e alegre.¹¹ (GOULART, 2009, p.59)

Percebe-se pelo contexto do relato que, em uma travessia entre as duas importantes cidades da principal rota de ouro e diamantes do século XVIII (Diamantina e Ouro Preto), Santa Luzia aparece como um dos pontos essenciais a se instalar e prover recursos para seguir os longos períodos de viagem através da tropa de mulas. Ademais, outras fontes apontam para o fato de as nove filhas de Chica da Silva, icônica personagem de Diamantina, realizaram seus estudos no então centro de formação católica, Convento de Macaúbas, situado território luziense, o que evidencia a relativa “proximidade” entre as cidades.¹²

Em tal contexto, as primeiras fixações luzienses ocorreram próximas ao rio, ao cabo que, anos mais tarde, a vila sofreria com uma forte enchente e teve que transferir sua população para a área mais alta. A partir desse momento, surgem manifestações na própria organização da cidade que revelavam o nascimento precoce de uma função comercial. Santa Luzia surge como um “T”, tendo três principais ruas: as ruas do Serro e da Lapa, responsáveis pelas estradas que conectariam Santa Luzia às respectivas cidades, e a rua Direita. Esta última possuía uma denominação comum na colônia portuguesa pois era a rua onde situava-se grande parte do comércio e, conseqüentemente, a residência dos principais

¹¹ Na transcrição, o português da época foi preservado.

¹² Também está presente no livro de Goulart (2009) o relato de Carlos Drummond de Andrade sobre sua mãe, Julieta Augusta, que também estudou no Convento de Macaúbas e viajava constantemente entre Santa Luzia e Itabira. Ao observarmos a região, distinguimos pela topografia um “corredor de passagem” através do Espinhaço, por onde hoje encontra-se a rodovia BR-381.

comerciantes da cidade. Era composta predominantemente por sobrados, também outra influência portuguesa.

Figura 1. Planta de Santa Luzia de 1842, que demonstra suas principais estradas e seu formato em “T”, com a Rua Direita ao meio, à esquerda a Rua da Lapa e, à direita a Rua que conectava ao Serro.



Fonte: Arquivo Público Mineiro, 1842.

Por suposto, durante todo o período de exploração aurífera, o arraial luziense estabeleceu-se como um próspero centro comercial. O cenário de crescimento econômico era tão positivo para a população que, segundo Fonseca (2011), foi enviada à Coroa Portuguesa uma petição que solicitava o título de vila ao arraial em 1760 (ápice das exportações de ouro em Minas). Como em outros casos da colônia, a petição foi logo recusada, possivelmente por interferência política de Sabará que era a cabeça da comarca.

O rápido crescimento de Sabará por conta de importantes *jazidas* de ouro encontradas ao seu redor (ROCHA et. al, 1995, p.112) fez com que ela rapidamente ganhasse

o título de vila e, conseqüentemente, se tornasse cabeça da comarca. Mas o espraiamento das funções urbanas ligado ao ouro mantinha as cidades ligadas. Ou seja, além de suas próprias jazidas, a outra força de atração à cidade de Sabará era unicamente a resolução problemas jurídicos e tributários, por conta da sua Casa de Fundação e Intendência responderem por toda a comarca. Devido a isso, Santa Luzia dispunha de uma relativa autonomia, dada a sua função de sustentação para a infraestrutura do sistema aurífero. Contudo, tal autonomia era limitada no espectro político, visto que continuará pertencente à Sabará até 1858, quando acontece a dissociação por meio da Lei Provincial n.º 860. O processo de desmembramento de Sabará foi resultado de um embate político entre as elites locais luzienses e os políticos da Câmara de Sabará, como discorre Fonseca. Ele arrola os argumentos utilizados pelos luzienses para convencer o governo português de sua imprescindível emancipação:

embora o arraial de Santa Luzia se situasse a apenas três léguas da Vila de Sabará (sede da qual dependia), o argumento da dificuldade do acesso foi utilizado pelos moradores. Segundo eles, a viagem à cabeça da comarca era muito custosa, pois precisavam percorrer sertões infestados de 'bandoleiros e facinorosos' e transpor cinco rios, cuja travessia era bastante perigosa em tempos de cheia. (FONSECA, 2011, p. 314)

De fato, as elites locais já haviam identificado a benéfica localização geográfica do arraial, que trazia extensas vantagens para o comércio de uma amplíssima região, como também evidencia por Fonseca, que mostra o conteúdo presente em uma dessas petições:

A razão deste desenvolvimento era a posição do arraial em relação a uma importante estrada da capitania: '(...) que passa por esse arraial a estrada tão famigerada, como geral, de todos os sertões do grande Rio de São Francisco, Bahia, Pernambuco e Maranhão, com infinito e numeroso comércio para todas as Minas Gerais; como também para as minas de Paracatu, e Capitania de Goiás (...)'. (FONSECA, 2011, p. 358)

Indubitavelmente, o período de extração do ouro foi capaz de gerar intensos fluxos migratórios para as Minas e estabelecer uma forte economia voltada para o mercado externo, segundo era a orientação de toda a colônia (PRADO JUNIOR, 1992). Em consequência disso, conclui-se previamente que a formação de Santa Luzia como cidade se dá, nesse momento, exclusivamente por prestar suporte à infraestrutura espacial e

hidrográfica necessárias à essa economia, tanto em termos de sítio geográfico como de posição¹³. Somado a isso, não há dúvidas de que até o final do século XVIII, o ouro mineiro continuou sendo o principal produto das exportações brasileiras e a principal moeda de troca portuguesa.

Nesse momento, Portugal continua a concorrer com Amsterdam, centro hegemônico dessa economia-mundo no século XVIII, tendo como aliada a Inglaterra, sua principal concorrente, o que corrobora para a teoria cíclica apontada por Arrighi (1996). Ele demonstra a principal função do período aurífero mineiro no sistema-mundo: a aliança portuguesa-inglesa fez com que a Inglaterra possuísse o financiamento suficiente para a realização das guerras contra a Holanda, essenciais ao estabelecimento de sua nova hegemonia e, conseqüentemente, sua expansão econômica. Como apontado por Furtado (1997), o acordo de Methuen, assinado com a Inglaterra em 1703, foi o responsável para que grande parte da exploração aurífera aqui produzida fosse capaz de, principalmente, transferir o centro financeiro Europeu de Amsterdam para Londres além de possibilitar a Inglaterra:

condições de saldar o seu comércio de materiais de construção e outras matérias-primas, recebidas do norte da Europa, indiretamente com manufaturas. Dessa forma, a economia inglesa adquiriu maior flexibilidade e tendeu a concentrar suas inversões no setor manufatureiro, que era o mais indicado para uma rápida evolução tecnológica (FURTADO, 2003, p. 89).

Contudo, a partir de 1780, a extração mineira caiu significativamente, o que demonstrava que o ciclo econômico aurífero estava se encerrando. Com isso, novos embates e reorganizações espaciais e políticas deviam ocorrer tanto globalmente quanto no interior dos territórios colonial e luziense. De tal modo, questiona-se quais as novas relações serão estabelecidas no território mineiro, bem como se Santa Luzia adaptar-se-á a essas mudanças e em que condições, visto que seu surgimento se deu principalmente por conta do favorecimento geográfico em relação as rotas comerciais que conectavam o território sob exploração aurífera. Como vimos, os benefícios geográficos eram intensamente explorados a partir da intensificação dos altos fluxos migratórios estabelecidos em Minas Gerais no século XVIII, bem como da alta demanda comercial que o sistema de extração aurífero demandava.

¹³ Para uma conceituação e utilização mais profunda do conceito de sítio geográfico que aqui se faz luz, ver Monbeig (2017). Contudo, o trabalho de Monbeig refere-se à franja pioneira paulista.

Período entre ciclos: afloramento do comércio interno mineiro

Como foi dito anteriormente sobre o período interciclos, muito se debate na historiografia acerca do intervalo entre os períodos de grande exportação do ouro e do café. Dentro de uma abordagem mais próxima à geo-história, pensadores como Caio Prado Júnior e Celso Furtado defendem a tese de uma decadência e regressão econômica do ciclo do ouro que resultou em uma agricultura de subsistência pobre e desigual¹⁴. De fato, houve uma involução do sistema minerador e exportador e tentativas tanto do governo quanto dos grandes proprietários de encontrar novas jazidas fracassaram. Entretanto, o cenário da província de Minas do século XVIII revela que tal decadência em relação ao mercado externo não impediu o desenvolvimento econômico do mercado interno e das relações intrínsecas ao núcleo da província. Para tentar compreender o que se passava aos níveis provinciais e nacionais, é necessário que se recorra justamente aos movimentos que os centros hegemônicos da então economia-mundo orientavam o globo.

A França napoleônica, nova concorrente à hegemonia de uma economia-mundo sob nova liderança, a Inglaterra (ARRIGHI, 1996), impõe o bloqueio continental em 1806 numa tentativa de equiparar-se com a Inglaterra. Como se sabe, o bloqueio visava impedir as relações econômicas dos países europeus com a Inglaterra. Mediante ameaças de invasão francesas e ainda compactuado com o comércio inglês, Portugal decide manter o acordo de Methuen e transferir sua corte para a colônia brasileira como uma saída ousada da corte em resposta à crise. Vendo no Brasil mais uma oportunidade de expansão comercial, a ilha britânica auxilia os portugueses a transferirem sua corte para o Brasil e, em troca, estabelecem os acordos comerciais de 1808 e 1810 (ANDRADE ARRUDA, 2008, p.33). Com a chegada da família real ao território da colônia, consequência direta das reformulações das hegemonias no contexto global, o Brasil depara-se com uma nova fase de reorganização de seu espaço.

Desde o princípio da decadência do ouro, por volta de 1780, já se discutiam na província mineira as medidas a serem tomadas para prevenir um “desastre econômico”. O leste mineiro e o vale do Rio Doce aparecem como alternativas tanto para novas descobertas minerais, defendida por uma parcela da população, como também para àqueles que

¹⁴ Uma breve genealogia do raciocínio da decadência é vista nos autores Oliveira Martins (1953) e Roberto Simonsen (1937), contudo, destacamos aqui os trabalhos de Furtado (1977) e Prado Junior (1954; 1992). Enquanto aos pensadores que se opuseram a tal raciocínio, ver Libby (1988), Slenes (1988) e Martins (1982).

acreditavam encontrar na agricultura uma nova maneira de reestabelecer a antiga prosperidade do período aurífero. Pode-se citar, a título de exemplo, a mesma viagem de José Vieira Couto que foi encabeçada pelo governo mineiro para percorrer sua terra natal afim de “procurar novos recursos mineralógicos e metalúrgicos” em 1801 (ESPINDOLA, 2013, p. 54).

Outro exemplo de preocupação da Coroa Portuguesa, bem como dos governantes da província mineira visando a manter a prosperidade do ouro, é a Carta Régia de 13 de maio de 1808. Nela, apenas dois meses após sua chegada no Brasil, o príncipe regente D. João VI declara guerra aos botocudos (indígenas que habitavam a região), sugere a cessão de favorecimentos para colonos que habitarem tais terras¹⁵ e também requer a preparação de um estudo para a viabilização da navegação no Rio Doce (BRASIL, 1891). Além do viés econômico voltado para o desenvolvimento interno da região (o que é uma novidade na colônia), apreende-se o interesse da monarquia em intensificar o comércio com o sertão do país já que, com a transferência da corte, a cidade do Rio de Janeiro não se tornaria apenas o novo centro sociocultural do país, como também o principal porto para exportação aos países europeus.

Contudo, como também aponta Espindola (2013, p.63), os objetivos da coroa de aumentar “o fluxo comercial de importação e exportação [com o estrangeiro] e o desenvolvimento da agricultura de exportação não se concretizaram.” No entanto, tais fatos não influenciaram negativamente nem a economia interna que se desenvolvia em Minas, nem as tentativas estatais de intensificar as rotas comerciais com o Norte e o interior do país. Como citado aqui, a vinda da corte portuguesa para o Brasil e os tratados comerciais de 1808 e 1810 mantém o Brasil na malha econômica global como país exportador de produtos tropicais, mas em outra condição. Agora, o território foi capaz de reorientar os fluxos para dentro de si a partir do Rio de Janeiro, pois esta estabeleceu-se como verdadeira “cidade-etapa”¹⁶ (BRAUDEL, 1996, p.20) da economia-mundo centrada na Inglaterra. Tais acordos e o consequente estreitamento das relações comerciais com a Inglaterra também são explicitados pela invasão dos produtos ingleses no mercado brasileiro, ademais da

¹⁵ Na Carta, o príncipe trata da região como “preciosos terrenos auríferos”. Isso demonstra como a existência do ouro ainda habitava não só a imaginação da população, mas, também da Coroa (BRASIL, 1891).

¹⁶ Na definição de Braudel, as cidades-etapas definem-se por: “sua atividade ajusta-se à da metrópole: montam guarda do seu redor, remetem para ela o fluxo dos negócios, redistribuem ou encaminham os bens que ela lhes confia, agarram-se ao seu crédito ou submetem-se a ele.”

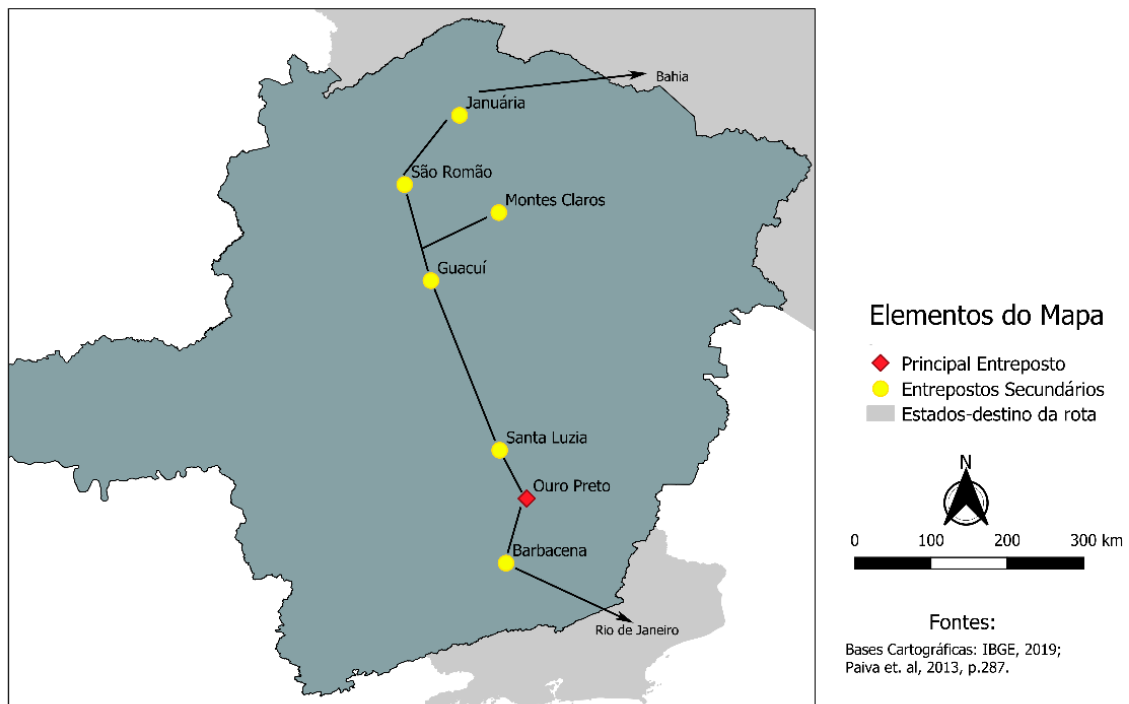
preocupação da Coroa em melhorar a condição das rotas comerciais que ligavam o litoral com o interior do país.¹⁷

No que concerne a Minas Gerais, percebe-se que essa nova orientação nacional (e também global) apesar de não ter sido capaz, como queriam os governantes, de criar uma nova cultura exportadora diretamente ligada ao mercado europeu, encontrou-se terreno de desenvolvimento econômico fértil na medida em que a agricultura e o comércio dentro da província já estavam consolidados. Tal fato gerou uma forte relação entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro, principalmente na manutenção do sistema escravista mineiro. Como demonstrado por Graça Filho (2013, p. 295), “entre 1825 e 1830, Minas absorveu cerca de 43% dos escravos distribuídos pelo Rio de Janeiro” que se destinavam às grandes fazendas de agropecuária. O potencial de produção aurífera migra paulatinamente para a produção agropecuária com destino ao mercado interno aproveitando a estrutura comercial estabelecida a partir do rio das Velhas e cuja proximidade do Rio de Janeiro teve um peso importante nesse deslocamento interno de eixo geográfico em torno do qual passou a girar a economia da colônia.

Assim, essas fazendas eram as maiores responsáveis também pela exportação de recursos ao estado vizinho, que possuíam cifras significativas, como o autor demonstra: “o valor total de exportações mineiras de 1818-1819 ficou em 1.673:477\$190 réis, seguindo quase 80% para o Rio de Janeiro” (GRAÇA FILHO, 2013, p.296). Sendo assim, percebe-se o estabelecimento do Rio de Janeiro como destinação dos excedentes mineiros e as intensas relações comerciais entre as províncias. É nesse contexto que as cidades comerciais, como Santa Luzia, ganham seu destaque por constituírem de apoio à infraestrutura necessária para manutenção de tais relações, dessa vez, na medida em que auxilia o desenvolvimento dentro do estado em conexão com o Rio de Janeiro. O mapa (Mapa 1) traz as principais rotas comerciais que se desenvolveram na primeira metade do século XIX:

¹⁷ No que diz respeito aos portos, os dados da Memória Estatística do Brasil mostram, em valores, a superioridade do porto do Rio de Janeiro. Além disso, a partir de cerca de 1870, há diferenciação entre a origem dos produtos importados e, com isso, verifica-se um maior número de produtos ingleses do que portugueses (BRASIL, 1870-1871)

Mapa 1. Rota comercial interprovincial Leste/Norte – Primeira Metade do Século XIX



Fonte: Compilação do autor com base em Paiva, 2013. O autor refez o mapa de Paiva apresentando as rotas que contribuem ao raciocínio apresentado para a rearticulação espacial que envolve Santa Luzia neste momento. Nota-se, ademais, que a conexão de Santa Luzia com o Rio de Janeiro era feita por Ouro Preto e Barbacena.

Foi justamente nesse cenário de dinamização da economia mineira do século XIX que Santa Luzia pôde aproveitar de sua inserção geográfica anterior para manter-se como um importante entreposto comercial do país. Dentre as duas principais rotas que conectavam o litoral com o sertão mineiro e brasileiro – a saber: leste e oeste – o arraial luziense destacava-se por conta da facilidade de navegação entre o Velhas e o São Francisco, o último já conhecido popularmente como principal agente para conexão com as regiões Norte e Nordeste, e que abrigava relevantes criações de gado (PAIVA et al, 2013). É por tal motivo que lhe é conferido destaque na função comercial, em especial pelo viajante Saint-Hilaire, que põe a cidade à frente de Formiga que também exercia a função de entreposto comercial, mas em outra rota:

Vê-se, por tudo o que acabei de dizer, que o sertão possui diversos artigos de exportação. No entanto, são duas simples povoações, Formigas e Santa Luzia, perto de Sabará, que se podem considerar como os pontos mais importantes dessa vasta zona... Quanto às peles, os próprios arredores de Formigas poucos fornecem atualmente. Os mercadores da região que com ela comerciam obtém-nas nos arredores do rio São Francisco. O centro desse comércio é atualmente Santa Luzia perto de Sabará, donde fazem remessas para o Rio de Janeiro ...importam-se também vários objetos europeus do Rio de Janeiro, em troca do salitre, e de Santa Luzia, lugar de entreposto, em troca de peles ...Nos arredores de Santa Luzia e alhures extrai-se da polpa do fruto da macaúba um óleo abundante, que serve para a iluminação e o fabrico de sabão e da amêndoa extrai-se outro óleo bom para alimentos (SAINT-HILAIRE, 1975).

Outros exploradores do século XIX também registraram suas passagens por Santa Luzia, como Richard Burton e Georg Langsdorff. O último registra em seu diário em 4 de outubro de 1824:

Santa Luzia surgiu, por assim dizer, por si própria, graças à diligência, dinamismo e espírito empreendedor das pessoas. É um grande centro comercial, para onde convergem todas as estradas: Bahia-Tijuco, Goiás, Rio de Janeiro, Ouro Preto e outras. É um empório e entreposto para muitas mercadorias como sal, ferro e produtos ingleses trazidos para o Rio de Janeiro: couro, peles, pele de tigres, salitre, algodão e outros (apud SILVA, 1997, p. 155).

A partir do supracitado, é possível esboçar o papel desempenhado pelo Império em relação à economia-mundo e como Santa Luzia está inserida nesse cenário. Desde seu surgimento, sua própria formação é voltada para o comércio a partir do no século XVIII voltada ao suporte à exploração aurífera que atendia as exigências dos ciclos econômicos globais. Já no século XIX, percebe-se como a cidade ainda empenha tal função comercial mas, desta vez, voltada para a intensificação do mercado interno associada a “cidade-etapa” do Rio de Janeiro depois de Ouro Preto e Barbacena, que apesar de não consagrar-se como uma forte economia exportadora como antes, ainda voltava-se para o comércio internacional e a produção para o exterior. O que corrobora tal visão é que, assim como apresentado, o status do Rio de Janeiro como uma cidade-etapa da economia-mundo inglesa ocasionou um estreitamento das relações econômicas internas do espaço da colônia com a província mineira, por sua proximidade. Esta última, além de produzir insumos para o abastecimento do porto carioca, também era composta pelas principais rotas que traziam os produtos do sertão brasileiro e levavam os produtos europeus entre o interior brasileiro. Nesse sentido, uma economia de subsistência e uma economia de mercado, como diferencia Braudel (1996), continuam a se desenvolver nas profundezas de movimentos mais globais, mas também conectando-se com os mesmos. Assim, tais fatos marcam a vida material dos

cidadãos de Santa Luzia. Como relata Álvaro Diniz (2008), sobre seu avô, tropeiro e produtor rural no século XIX,

com sua tropa de burros (...) levava para então capital do País, cereais, rapadura, pinga, farinha de mandioca, etc. e trazia sal, principal mercadoria da volta e outras importadas principalmente da Europa, (...) tais como máquinas de costura, calçados, tecidos, chapéus, etc (DINIZ, 2008, p.26-27).

Destarte, todas as fontes apontam para a forte função comercial do arraial luziense. É interessante, nesse sentido, lembrar que estas relações econômicas que se desenvolviam no interior da província mineira eram a principal atividade comercial na época. Logo, quando comparamos as cidades que desfrutavam dessa especificidade do período interciclo e, aquelas que correspondiam às rotas do período aurífero – Diamantina, Serro, Sabará – percebemos que há uma extensa diferença (e que não é só física) entre elas. De tal maneira, foi justamente a localização luziense que favoreceu a sua participação nas duas rotas e garantiu seu desenvolvimento durante estes dois períodos. No entanto, quando tratamos da sede da comarca, percebemos que Sabará permaneceu presa às relações oriundas do período aurífero e, por conseguinte, não conseguiu expandir-se na mesma proporção que Santa Luzia. Sendo assim, como Fonseca (2011) expõe, Santa Luzia tentará garantir sua emancipação política e econômica visto que possuía uma pujança econômica, populacional e religiosa muito maior que de sua própria sede. No entanto, pelo crescimento desproporcional entre as duas localidades, não havia interesse por parte de Sabará de conceder tal emancipação pois, como destaca novamente Fonseca:

De fato, as rendas arrecadadas no interior dos vastos termos eram geridas pelas câmaras das sedes e, conseqüentemente, as vilas e seus arredores mais próximos eram, em regra geral, melhor equipadas do que os outros arraiais dependentes – mesmo quando estes eram sedes de julgados, pois gozavam apenas de uma autonomia parcial (FONSECA, 2011, p.367).

Todavia, ao pensarmos nas reivindicações locais de uma elevação do arraial ao posto de vila (o que já era solicitado desde o século anterior, atrelado ao fato que, até 1872, apenas 10% de sua população era letrada), percebe-se que tais reivindicações eram feitas por uma elite local que buscava o título de vila para poder garantir maior poder político na região, na medida em que o desmembramento de Sabará resultaria na necessidade de criação de uma infraestrutura política específica para a cidade. Ao analisarmos as Listas Nominativas de 1830, transparece-se a existência de tal elite local que segue os padrões nacionais na busca

de ampliação de seu poder político, aproveitavam-se do conturbado período regime regencial (BARROSO, 1954). Poder-se-á então ter um panorama da demografia luziense na época, bem como as diferentes classes populacionais que reagem as mudanças decorridas do conturbado campo governamental das décadas próximas à posse de D. Pedro II.

Movimento cafeeiro: algodão e novas ordens socioeconômicas

Ao estudar a história mineira do século XIX, é impossível não recorrer aos trabalhos produzidos principalmente na década de 80 (como os já citados de Libby, Martins e Slenes) que buscaram uma renovação do pensamento historiográfico sobre a província. Somado a esse movimento, destacamos também o trabalho de João Luís Fragoso que defendeu a tese do surgimento de elites locais a partir da acumulação endógena do mercado interno, mas que era constituída de “valores aristocráticos e hierarquia social excludente” (FRAGOSO, 1992 apud ANDRADE, 2010). Do ponto de vista historiográfico, como destaca justamente Andrade (2010), a extensa utilização de arquivos demográficos e econômicos presente em tais trabalhos visavam a reconstruir as hipóteses acerca da economia de abastecimento e do sistema escravista e sofreram influência direta da Escola dos Annales, cuja participação de Fernand Braudel neste movimento intelectual é conhecida. Partindo dessa frutífera aproximação, procurou-se também aproveitar da específica demografia mineira descrita por estes historiadores para o período, concomitante à longaduração braudeliiana, para esboçar o cenário vivido em Santa Luzia naquele momento e as articulações presentes nas elites mineiras.

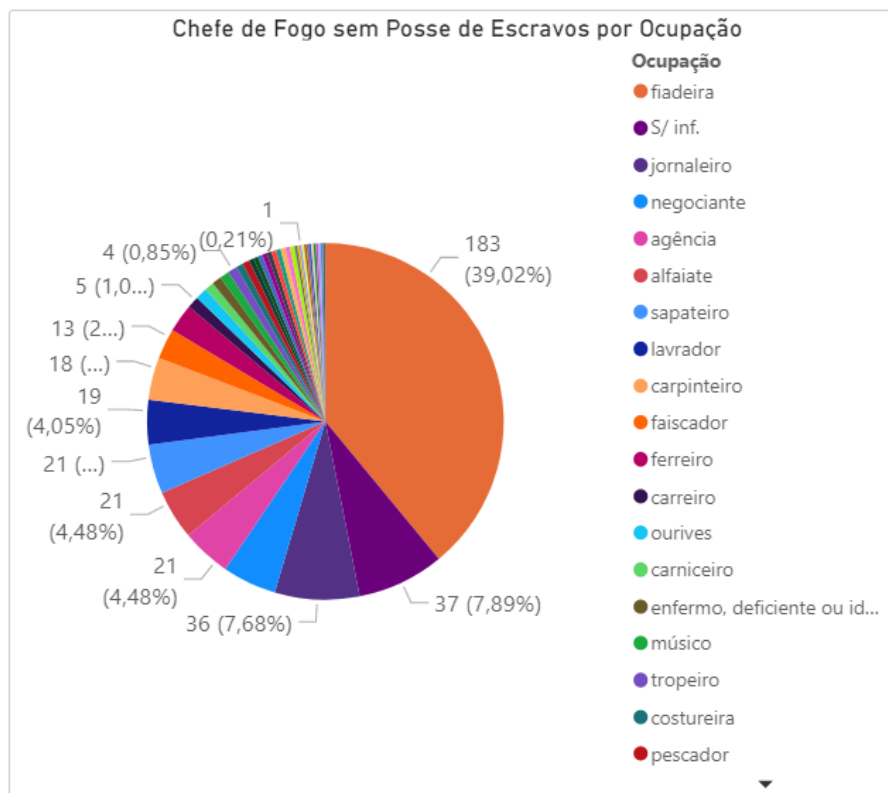
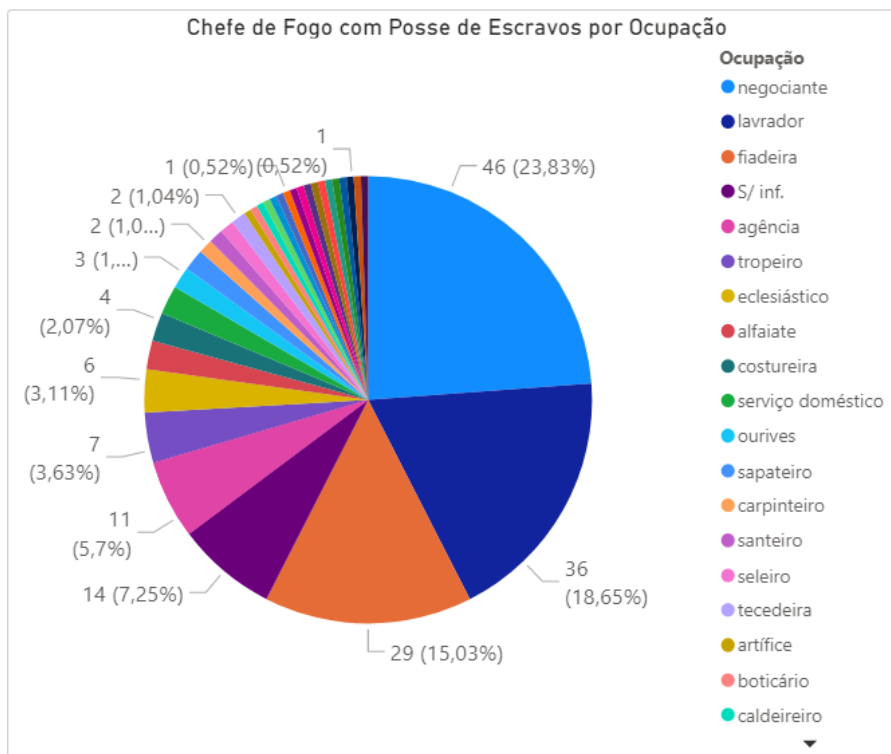
A partir de meados de 1820, além de atrelada ao desenvolvimento do comércio com o litoral, Santa Luzia também atenderá às tais contingências específicas respectivas à demografia da Minas oitocentista crescente. Como exposto anteriormente, a economia mineira havia se dinamizado e grande parte da sua população dedicava-se à agricultura de subsistência, sem o uso de mão de obra escrava, apesar da província como um todo dispor do maior plantel escravista. Ao analisarmos os dados das Listas Nominativas de 1830¹⁸, percebe-se que Santa Luzia, que contabilizava 4231 habitantes, segue o mesmo padrão no

¹⁸ As Listas Nominativas foram recenseamentos demográficos solicitados pelo governo provincial, realizados entre as décadas de 1830 e 1840. Levam esses nomes pois, de fato, buscava levantar informações individuais acerca da população mineira. Para efeito de tratamento de dados, o autor utilizou a base de dados disponível em: <http://poplin.cedeplar.ufmg.br/>, que é composta pelas listas nominativas de 1831-32 e 1838-1841 e “de outras informações pertinentes”, produzidas pelos pesquisadores do CEDEPLAR/UFMG.

que tange as posses de escravos por chefes de fogo¹⁹. Percebemos que 469 (70,85%) chefes de fogo declararam não possuir escravos respondendo, portanto, à uma população absoluta de 1835 indivíduos. Outro ponto que se destaca-se é que, ao observarem-se as ocupações de tal população, percebe-se que a atividade mais exercida, logo após aquelas em que não havia uma ocupação declarada (“S/ inf.”), foi a profissão “fiadeira”, com cerca de 1.133 contagens (26,78% da população empregada), seguido de “lavrador”, com 384 respostas (9,08%). Mais adiante, observa-se a ocupação “negociante” com apenas 2,15%, o que diz respeito a unicamente 91 luzienses (compilação do autor). Considerando as relações patriarcais da sociedade da época e a organização da lista direcionada para os “chefes de fogos”, organizaram-se os dados referentes às ocupações mas, desta vez, levando apenas em consideração tais chefes domiciliares: o resultado é que a ocupação fiadeira possui, nesse caso, 32,02% equivalente à 212 chefes familiares, seguido de negociante com 69 chefes de fogo (10,42%) e, logo, lavrador com 55 (8,31%). Por conseguinte, notou-se a existência de uma florescente elite em que sua ocupação se divergia da antiga atividade comercial da cidade, e que, por sua vez, possuía características mais próximas à dos pensamentos e elementos provenientes da economia-mundo inglesa, como a utilização de mão de obra livre. Buscando ir mais adiante nos motivos da diferença entre a suposta principal atividade econômica e os dados que apresentavam relações de trabalho distintas, elaboramos dois gráficos levando em conta a organização social do trabalho na época. O primeira mostra as ocupações dos chefes de fogos que declararam possuir escravos e o outro daqueles que não o haviam declarado:

¹⁹ Como explica Paiva, não há um significado específico para o termo “fogo”, sua denominação, entretanto, alude sinteticamente a “grupo familiar”. Para o exame específico do “chefe do fogo”, levou-se em consideração a divisão das Listas Nominativas entre tais “representantes familiares”. Para mais informações sobre a consulta às Listas Nominativas, ver Paiva (1990).

Gráficos 1 e 2. Porcentagem das ocupações de chefes de fogos com e sem posse de escravos em Santa Luzia



Fonte: compilação do autor: listas nominativas de 1830.

Doravante, a partir da leitura dos dados, foi possível demarcar ainda mais a existência de duas elites e os conflitos que seriam travados por estas: a primeira encontrava-se ainda ligada ao ciclo aurífero, ao lucrativo comércio proveniente deste, ao sistema escravista e ao império, mas em decadência (como observamos tendo a região desenvolvido outras atividades em consequência da queda da produção do ouro), como é o caso do futuro barão, Manoel Ribeiro Vianna. A segunda é uma emergente elite proveniente do algodão, que, naquele momento, subsidiava-se como produto complementar à produção cafeeira desenvolvida mais ao Sul ao mesmo tempo que cedia lugar ao café, ademais da produção de insumos direcionados ao novo ciclo da economia inglesa, que emprega, em sua maioria, mão de obra livre e tem como um de seus expoentes o Tenente-Coronel José de Oliveira Campos.

O tenente-coronel, em 1837, foi um dos líderes de um abaixo assinado para a criação de uma fábrica têxtil na cabeça da comarca, Sabará. Como mostra Villa (2019), vemos em seu conteúdo a exaltação do algodão como “um dos mais importantes ramos da riqueza Mineira” (p. 19) e, em destaque, o nome de José de Oliveira Campos. A década de 1830 foi, nesse sentido, marcada pela instabilidade política decorrente do período regencial bem como o início dos primeiros indícios de uma forte economia cafeeira. Ao mesmo tempo, apesar de ainda não obter cifras tão relevantes, como nos mostra Lima (1977), o algodão já começava a ceder sua a posição de principal produto exportado ao café, aparecendo como segundo principal item nas exportações brasileiras (MEMÓRIA ESTATÍSTICA DO BRASIL, 1841-1842). O centro hegemônico inglês necessitava importar algodão por conta de sua produção fabril em massa, além de aproveitar-se das propriedades do café que se tornaram necessárias para recrutamento do operariado inglês nas indústrias nascentes de São Paulo. Sob tal perspectiva, as elites algodoeiras e cafeeiras encontraram-se aliadas pelo mesmo espectro econômico-político liberal, ambas cobiçando maior participação política no Império. Após o golpe da maioria e uma sequência de decretos absolutistas de D. Pedro II, tais elites mineiras aliam-se com a nova aristocracia cafeeira paulista e declararam uma revolução a favor de uma menor participação do Poder Moderador e ações mais liberais na economia.

Sob o aspecto específico de Santa Luzia, vemos que os grupos que se encontravam antagonizados são exemplo de um conflito que toma todo o cenário nacional e que também está ligado ao reposicionamento econômica da economia-mundo centrada na Inglaterra. De um lado, uma antiga elite comercial que se aliava ao império visando a manutenção dos seus privilégios. De outro, uma elite emergente de uma economia que,

ainda que conectada aos impulsos globais, nasce tanto de baixo para cima (mais associada à vida material e à vida comercial local do território mineiro e luziense) como também de cima para baixo (sob a égide dos impulsos de uma economia mundial que formava no século XIX). É decorrente disso a batalha da Revolução Liberal de 1842²⁰. Corrobora-se a essa caracterização do cenário a participação do citado Tenente-Coronel José de Oliveira Campos como um dos principais líderes das reivindicações liberais. Assim como Braudel esclareceu para o Mediterrâneo, a política também se conecta com movimentos estruturais, principalmente para revelar o clímax de grandes mudanças das estruturas (BRAUDEL, 1983). Em virtude disso, pode-se realizar a leitura de tal revolta como os primeiros sintomas das mudanças políticas que decorreriam do novo ciclo cafeeiro: as elites mais conectadas aos novos processos mundiais seriam responsáveis, posteriormente, pelo domínio político após a proclamação da República. Do ponto de vista econômico, as necessidades complementares do ciclo do café surgido a partir de 1850 absorverão a maior parte das exportações mineiras e atenderão as exigências, como força subsidiária, do modelo agroexportador brasileiro. Em decorrência disso, as regiões Sul e Zona da Mata serão as principais favorecidas nesse aspecto e serão aquelas que apresentarão a maior dinâmica socioeconômica (CARRARA, 2013) também por terem solos mais propícios ao plantio e, ao mesmo tempo, por estarem mais próximas as primeiras áreas de expansão cafeeira. Diferentemente do algodão que se encontrava espalhado pelo estado e, por conta disso, demandava maiores fluxos de mercadorias, o café que tomava cada vez mais espaço concentrava-se nessas duas regiões ocasionará uma regressão nos processos comerciais que estavam dispersos na província.

Assim, esse novo deslocamento espacial do eixo econômico do Brasil desfavorecerá Santa Luzia que, apesar de manter as relações comerciais de certos produtos, não estará inserida nas rotas comerciais do café. Tal fato levará a cidade a voltar-se para uma agricultura de subsistência como demonstram os dados do Recenseamento Demográfico Imperial de 1872²¹ advindos da cidade: agora, cerca de 1405 escravos (47,7%) encontravam-se empregados na agricultura, assim como 6139 indivíduos da população livre (cerca de

²⁰ Assim como apontado por Barroso (1954), a revolução liberal foi uma reivindicação armada dos liberais paulistas e mineiros por poder político após a ascensão do partido conservador após a maioria de D. Pedro II. Como também aponta o autor, a revolução rompeu em Barbacena em 10 de junho daquele ano e, avançou por diversas cidades mineiras até sua última batalha, em Santa Luzia, onde as forças legalistas de Barão de Cocais foram vencedoras.

²¹ Primeiro recenseamento demográfico nacional realizado pelo Império. Utilizou-se o banco de dados do CEDEPLAR/UFMG.

28,5%), disparadamente a maior ocupação exercida pela população, a saber, 27.431 indivíduos (ocupação total da agricultura de 27,5%). Apesar de não analisarmos os períodos subsequentes, pode-se avançar a hipótese de uma grande regressão que começa nesse período e que vai contribuir para marcar a história atual de Santa Luzia.

Considerações Finais

Ao longo deste artigo, procurou-se esboçar a formação e desenvolvimento da cidade de Santa Luzia por meio de uma abordagem geo-histórica. De acordo com tais princípios, buscou-se demonstrar como as primeiras fixações em Santa Luzia estavam diretamente associadas com os determinismos de seu sítio geográfico.²² Por um lado, deu-se importância à tal fato pois acredita-se que são tais condicionamentos naturais contribuirão a moldar e a base sobre o qual repousa o desenvolvimento posterior de tal localidade. Por outro lado, procurou-se expressar o relacionamento dos deslocamentos de eixo dos territórios em múltiplas escalas, com os reposicionamentos da economia regional, da economia-mundo e depois da economia mundial relacionados à Santa Luzia.

Na mesma proporção, buscou-se aliar tal investigação à historiografia de um pensamento socioeconômico que define as condições de crescimento da sociedade brasileira como estando associadas aos jogos das hegemonias globais. Essa historiografia, do qual Caio Prado Jr é um dos expoentes também repousa suas considerações sobre quadros geográficos e globais. Empenhou-se, para tanto, associar às diferentes manifestações de tais movimentos ao desenvolvimento urbano de Santa Luzia. Esses procedimentos resultaram em, inicialmente, uma descrição das questões geográficas relacionadas à formação da cidade, em primeiro plano, depois, a exposição das influências exógenas à Santa Luzia e por fim, o papel de sua economia material e de mercado.

Dessa forma, pode-se perceber que a antiga historiografia dos ciclos e interciclos brasileiros não precisava ser necessariamente excluída pela mais recente atualização das teorias da economia-mundo²³ pois, como tentou-se evidenciar, os processos geo-históricos mantiveram-se presentes como forma explicação pertinente no momento de avaliar a intensificação da economia mineira. Em contrapartida, em relação à ideia de decadência

²² Cf. nota 13.

²³ Como é por exemplo o trabalho de Giovanni Arrighi (1996).

geral da província, fomos levados a concluir que associar uma suposta decadência da província, no século XVIII, às mudanças dos ciclos globais seria uma relação muito mecânica, pois a teoria da economia mundo não implica necessariamente uma relação causa e efeito automática da relação entre centro e periferia. Assim, considerar que não houve decadência nas dinâmicas internas não é um raciocínio que necessariamente se excluem à vinculação com o global. Tais revisões da história mineira, principalmente produzidas na década de 80²⁴, preocuparam-se amplamente em se opor ao pensamento geográfico, aproximando-se das interpretações demográficas e, por conta disso, distanciando-se de uma abordagem mais global. Também há, nessa historiografia, uma aversão ao pensamento geográfico por conta de sua falta de cunho político e uma dificuldade em desenvolver planos interpretativos com base nele, o que se difere de uma leitura econômica da história atrelada aos estudos demográficos. Além disso, existe uma crença na impossibilidade de relacionar um plano histórico global e uma fração consideravelmente menor, como Santa Luzia.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, L. B. Dissertando Mariana para entender o Brasil: historiografia regional e História econômica de Minas Gerais após o auge da mineração. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 15, n. 2, p.211-234, 2010.

ANDRADE ARRUDA, J. J. O novo imperialismo britânico e o fenômeno Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 79, p. 22-33, 2008.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Planta do Arraial de Santa Luzia e suas imediações com as posições ocupadas pelos insurgentes e as tropas imperiais. Fundo Presidência da Província. Correspondência Recebida/ Rebelião de 1842. LITH DE HEATON E RENSBUG, 1842. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos/brtacervo.php?cid=700>.

ARRIGHI, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. São Paulo: EDUSP, 1996.

BARROSO, G. A batalha de Santa Luzia. Rio de Janeiro: *O Cruzeiro*, v.26, n.51, p.45; 68; 92; 96, out. 1954.

BRASIL. *Collecção das Leis do Brazil de 1808*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. 1891. p. 37-41. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18319?_ga=2.105582154.838997771.1591741614-1866292265.1591741614>

²⁴ Cf. nota 14.

BRASIL. *Recenseamento do Brasil em 1872*. Disponível em: <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop-72-brasil/>>

BRAUDEL, F. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. Lisboa: Martins Fontes, 1983.

BRAUDEL, F. *Uma lição de história de Fernand Braudel*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1989.

BRAUDEL, F. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. v.3.

BURKE, P. *A revolução francesa da historiografia: a Escola dos annales: 1929-1989*. São Paulo: Unesp, 1992.

CARRARA, A.A. A pecuária: rebanhos e distribuição geográfica. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de.; VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Companhia do Tempo: Autêntica, 2013, p. 317-328.

DINIZ, Á. *Santa Luzia: Minha Terra, Sua História Histórias de Minha Terra*. Santa Luzia, 2008.

ESPINDOLA, H. S. Caminhos para o mar: a expansão dos mineiros para o Leste. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de.; VILLALTA, L.C. *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Companhia do Tempo: Autêntica, 2013, p. 51-70

FONSECA, C.D. *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

FRAGOSO, J.L.R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 1992.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1977.

GRAÇA FILHO, A. de A. Riqueza e negócios na primeira metade do século XIX. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de.; VILLALTA, L. C. *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Companhia do Tempo: Autêntica, 2013, p.295-316

GOULART, E. M. A.; BAGGIO, M.A. *O caminho dos currais do Rio das Velhas: a Estrada Real do Sertão*. Belo Horizonte: COOPMED/UFMG, 2009.

IUMATTI, P.T. *Caio Prado Jr.: uma trajetória intelectual*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

LIBBY, D. C. *Transformação e trabalho: em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

LIMA, J.H. *Café e indústria em Minas Gerais: 1870-1920*. 1977. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, Campinas.

LIMA, L.C. *Fernand Braudel e o Brasil: vivência e brasilianismo (1935-1945)*. São Paulo: Edusp, 2009.

LIRA, L. A. Geo-história dos saberes. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 98, p. 96-110, 2018.

MARTINS, O. *O Brasil e as Colônias Portuguesas*. Lisboa: Guimarães, 1953.

MARTINS, R.B. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982.

MARTINEZ, P. H. Fernand Braudel e a primeira geração de historiadores universitários da USP (1935-1956): notas para estudo. *Revista de História*, São Paulo, n. 146, p. 11-27, 2002.

MEMÓRIA ESTATÍSTICA DO BRASIL. Collecção de mappas estatísticos do commercio e navegação do Imperio do Brasil e do Porto do Rio de Janeiro 1848-1885. 22 v. Memória Estatística do Brasil. Disponível em: <http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_consultar_acervo.php>

MINAS GERAIS. Listas Nominativas da Década de 1830. Disponível em: <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/poplin-minas-1830/>>

MONBEIG, P. Aspectos geográficos do crescimento da cidade de São Paulo. *Boletim paulista de Geografia*, São Paulo, n. 16, p. 3-29, 2017.

MORAES, A. C. R. *Geografia Histórica do Brasil: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica*. São Paulo: Annablume, 2009

NIETZSCHE, F. W. *Escritos sobre história*. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2015.

PAIVA, C.A.; ARNAUT, L. D.H. Fontes para o estudo de minas oitocentista: listas Nominativas. Diamantina: Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, p. 85-106, 1990.

PAIVA, C. A.; RODARTE, M.M.S.. Dinâmica demográfica e econômica (1830-1870). In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de.; VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Companhia do Tempo: Autêntica, 2013, p.271-294.

PRADO JUNIOR, C. *Diretrizes para uma política econômica brasileira*. São Paulo: Urupês, 1954.

PRADO JUNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

ROCHA, et al. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da capitania de Minas Gerais*. Memória histórica da capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

SAINT-HILAIRE, A. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Ed. Itatiaia, 1975

SANTOS JUNIOR, J. J. G.; SOCHACZEWSKI, M. História global: um empreendimento intelectual em curso. *Tempo*, Niterói, v. 23, n. 3, p. 483-502, Dec. 2017.

SILVA, U. G. da. Outra história global é possível? Desocidentalizando a história da historiografia e a história antiga. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 43, p. 473-485, set./dez. 2019.

SILVA, D. G. B. da.; KOMISSAROV, B. N. *Os diários de Langsdorff*. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff., 1997.

SIMONSEN, R. C. *História econômica do Brasil: 1500-1820*. Brasileira, 1937.

SLENES, R. W. Os múltiplos de porcos e diamantes. *Estudos econômicos*, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 449-495, 1988.

VILLA, G. *Horizonte de eventos da batalha de Santa Luzia: aspectos sociais e arqueológicos*. Santa Luzia. 2019.

ERRATA

- No *Editorial do dossiê: A inserção dos estudos geográficos brasileiros nos estudos globais*, de autoria de Larissa Alves de Lira, publicado na Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n. 2, 2020”

Leia-se:

“Belo Horizonte, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”

- No artigo *A gênese da geopolítica do capitalismo entre Brasil e Estados Unidos*, de autoria de Raimundo Jucier Sousa de Assis, publicado na Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n.2, 2020”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”

- No artigo *As relações de Santa Luzia/MG com a geo-história do Brasil e da economia-mundo capitalista entre os séculos XVIII-XIX*, de autoria de Caio Franco Assunção, publicado na revista Geografias, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n.2, 2020”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”

- No artigo *A economia do cacau em Gana no início do século XXI*, de autoria de Kaue Lopes dos Santos, publicado na revista Geografias, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n.2, 2020”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”

- No artigo *A cooperação internacional e os estudos geográficos: um olhar sobre estratégias Chinesas para a África e a Ásia Central*, de autoria de André Santos da Rocha, Jonathan Christian Dias dos Santos e Pablo Ibañez, publicado na revista Geografias, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n. 2, 2020”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”

- No artigo *Cooperação Sul-Sul entre Brasil e África utilizando a geopolítica crítica para analisar a construção de hegemonia no caso do Cotton-4+Togo*, de autoria de Gustavo Luiz Xavier de Abreu publicado na revista Geografias, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n.2, 2020

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”

- No artigo *Cartografias não institucionais da pandemia: Mapeando a dispersão espacial da COVID-19 em Belo Horizonte*, de autoria de Eugenia Cerqueira, publicado na revista Geografias Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n.2, 2020”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”

- No artigo *Dinâmica hidrossedimentológica em ambiente fluvial lântico no sudoeste da Amazônia – Rio Branco – Acre: investigação inicial do processo de assoreamento em canal fluvial*, de autoria de Waldemir Lima dos Santos, Pamela Moura da Silva e José Genivaldo do Vale Moreira, publicado na revista Geografias, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n.2, 2020”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”

- No artigo *Do espaço público de lazer ao espaço público do medo o caso da Praça Waldemar Henrique na cidade de Belém (PA)*, de autoria de Elcivânia de Oliveira Barreto e Simão Bossi Santana, publicado na revista Geografias, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n.2, 2020”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”